



SINDJUFE-BA

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia

ESPECIAL

JUSTIÇA FEDERAL

26/07/19

EM ATO SIMBÓLICO, TRABALHADORES DIZEM **NÃO** À TRANSFERÊNCIA DE VARAS

Em Ato simbólico, os trabalhadores da Justiça Federal disseram que não aceitam a transferência de Unidades Judiciais da Capital para o interior do Estado da forma como foi proposto pela SECGE/TRF1.

Os servidores, com 10, 20, 25 anos de casa estão apreensivos com a sua transferência para o interior do estado, e ate, como fala o SEI nº 0011499-30.2018.4.01.8004, novos estudos podem apontar transferências para qualquer outro local no âmbito do TRF1.

SOLIDARIEDADE

A grande presença de colegas e as falas ao microfone do SINDJUFE, demonstraram a solidariedade dos trabalhadores e a certeza que a desidratação da SJBA pode avançar muito mais, prejudicando a todos, da Capital e interior, jurisdicionados, magistrados e advogados. Para



o SINDJUFE, o principal motivo para situação estar caótica é a EC 97 e por conta dela as condições de trabalho vem deteriorando exponencialmente e isso é comprovado no nível de adoecimento da categoria. É redução na refrigeração de ambientes sem janela, é a redução da iluminação, é a redução do expediente interno, é a demissão de

terceirizados, é a não reposição de vagas, somadas ao aumento da cobrança de metas e compensações por hora seja por motivo de greve ou fechamento dos prédio, etc. E agora mais esse ataque aos trabalhadores que é a possibilidade de remoção ex-ofício para qualquer lugar da 1ª Região. «Até quando vamos aguentar isso?» é a pergunta que exige resposta.

Esse ato foi uma das atividades programadas pela Comissão criada em Assembleia, para tratar desse assunto.

Veja no verso detalhes desse assunto.

EM REUNIÃO NA ALBA SINDJUFE SOLICITOU AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ESSE TEMA

Dirigentes do SINDJUFE-BA Denise Carneiro e Albanir Bezerra, a Diretora do Foro em exercício Dra Cinthia Lopes participaram de reunião na Assembleia Legislativa da Bahia com Deputados Hilton Coelho (PSol), Marcelino Gallo (PT) e o Presidente da ALBA Deputado Nelson Leal (PP) . A reunião foi articulada pelo Deputado Hilton Coelho a pedido do sindjufe-BA, e contou com a presença também de servidores da SJBA.



A proposta de transferência de Varas foi o principal tema tratado na reunião. Na oportunidade foi tratado também a criação do TRF8 cuja PEC, aprovada, está parada no STF há vários anos por conta de uma ADIN impetrada pela AGU.

Sobre a transferência de Unidades, a compreensão é de que o problema no Interior do Estado precisa ser resolvido, pois a situação

em alguns locais, como Paulo Afonso, Irecê, Alagoinhas, Guanambi etc, está muito ruim, mas que podem ser encontradas soluções que não impliquem em soluções traumáticas, caras e pensadas unilateralmente.

O sindjufe defende que todos sejam ouvidos na Capital e Interior para que sejam encontradas soluções mais eficientes e eficazes.

PARECER DA SECGE/TRF1 REJEITOU PROPOSTA DA COMISSÃO DE MAGISTRADOS DA JFBA

O parecer da SECGE/TRF1 rejeitou a proposta feita por uma Comissão de Magistrados da JFBA sobre formas de **equalizar** o número de processos tramitando nas Subseções e Seção da Bahia. Várias propostas haviam sido feitas ali, entre elas mover Subseções localizadas em Teixeira de Freitas, Bom Jesus da Lapa e Alagoinhas, para Cidades como Eunápolis, Guanambi, Feira de Santana ou Paulo Afonso que são as que possuem grande volume de processos. O SINDJUFE sempre defendeu que o número de servidores fosse diretamente proporcional ao número de processos das Unidades, com vagas providas pelo PSPR e nomeação por concurso. Com isso o volume de trabalho seria melhor dividido entre os trabalhadores e o direito deles à remoção seria respeitado melhorando sobremaneira o clima organizacional. Tal estudo visava responder um pedido do TRF1 sobre a disparidade de demandas entre as Unidades do Tribunal, dessa vez, na Bahia. Para isso foi levado em conta apenas a «Média» de processos, sem considerar o volume nominal deles, nem as causas da diferença entre as Unidades.. Na ocasião da proposta dos magistrados o SINDJUFE-BA fez duas assembleias e criou em um grupo contendo principalmente servidores das Cidades citadas onde foi elaborado um parecer reconhecendo o problema e acrescentando outras propostas para resolução do problema, como o redesenho da jurisdição, o teletrabalho etc. Há o reconhecimento de que a Subseção de Alagoinhas precisa de uma atenção especial por vários motivos como, a sede problemática e cara onde está localizado o fórum local além do grande número de processos. Os estudos da Comissão de Magistrados baianos foram entregues ao TRF1. via SEI.

MINAS

Nesse mesmo processo há uma manifestação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por motivos desconhecidos, solicitando ao TRF1 que não movesse a SSJ de TAF..

SECGE

O TRF1 desconsiderou a proposta dos magistrados baianos e pediu à SECGE uma nova proposta. Nela, a Secretária Geral do TRF1 virou os olhos à Seccional propondo que sejam transferidas 5 varas para o interior do estado. Segundo a SECGE. Como três varas não possuem cargo provido de magistrado, estas poderiam ser transferidas «tranquilamente» para o interior. Apontou ainda que a SGP definiria os critérios da remoção de servidores e que o PSPR seria o modo preferencial por não gerar custos. No processo também se cogita transferência para outro Estado no âmbito da 1 região.

OCORRERAM VÁRIOS ENCONTROS ENTRE SERVIDORES DA JF E AS ASSEMBLEIAS FORAM TRANSMITIDAS AO VIVO



Desde que tomou conhecimento do assunto o SINDJUFE-BA tem feito várias gestões: Denunciou na Rádio Metrôpole, solicitou reunião ao TRF1, pediu que a FENAJUFE também a solicitasse, realizou reuniões com a DIREF, fez reuniões com os servidores e promoveu assembleias transmitidas ao vivo para que os colegas do interior pudessem participar, contratou técnico de TI para elaborar o mapeamento das jurisdições baianas, buscou apoio parlamentar da ALBA e da



Câmara de Vereadores de Salvador, etc.

CARAVANA EM BRASÍLIA

Além disso, na última Assembleia foi aprovada a ida de servidores para a **Caravana à Brasília na mobilização contra a Reforma da Previdência e os servidores da Justiça Federal que forem terão, além dessa tarefa, deverão visitar os Desembargadores baianos no TRF1 e tratar sobre esse processo de transferência de varas.**

